

PARTE H

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO SABOR

Aviso n.º 6323/2016

Procedimento Concursal para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por Tempo Determinado (CTFPTD) com vista ao preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria geral de técnico superior área funcional Gestão e Administração Pública, publicado em Aviso n.º 1818/2016, 2.ª série, de 16 de fevereiro de 2016 — Homologação da Lista Unitária de Ordenação Final.

Nos termos do n.º 4, 5 e 6 do artigo 36.º, em conjugação com o n.º 3 do artigo 30.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, notificam-se os candidatos do procedimento concursal mencionado supra que:

1 — A respetiva Lista Unitária de Ordenação Final do supra mencionado procedimento concursal foi homologada por despacho do Presidente do Conselho Diretivo, datado de 2 de maio de 2016., encontrando-se a mesma afixada nas instalações da Associação de Municípios do Baixo Sabor, sito no Largo Dr. Campos Monteiro, 5160 — 303 Torre de Moncorvo e disponibilizada na sua página eletrónica em <http://www.ambs.pt>.

2 — Sem prejuízo da faculdade prevista no artigo 39.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, do ato de homologação cabe reclamação (artigo 193.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo) e impugnação judicial nos termos do Código do Processo nos Tribunais Administrativos.

4 de maio de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Dr. Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves*.

309567279

MUNICÍPIO DE ALANDROAL

Edital n.º 427/2016

Mariana Rosa Gomes Chitra, Presidente da Câmara Municipal de Alandroal, torna público e a todos os interessados faz saber que, de acordo com o estabelecido no artigo 101.º do código do procedimento administrativo, durante o período de 30 dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente edital é submetida a apreciação pública da primeira “Alteração ao Regulamento Municipal do Cartão Social do Município Idoso”. O Projeto Alteração de Regulamento foi presente à reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Alandroal, realizada em 26 de abril de 2016 e encontra-se disponível para consulta nos serviços municipais, sitos na Praça da República, no Alandroal, durante o período de funcionamento (das 8.30 horas às 12.30 horas e das 13.30 horas às 16.30 horas), bem como, no site do Município de Alandroal na internet em www.cm-alandroal.pt.

Mais se informa que os interessados devem dirigir as suas sugestões, por escrito, à Presidente da Câmara Municipal que delas dará conhecimento à Câmara Municipal.

9 de maio de 2016. — A Presidente da Câmara Municipal, *Mariana Rosa Gomes Chitra*.

309567757

MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

Regulamento n.º 487/2016

“Regulamento dos transportes escolares e cedência de viaturas para visitas de estudo”

Manuel Vitor Nunes de Jesus, Vereador com o Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, torna público que:

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal aprovou, em sessão ordinária de abril, realizada no dia 29 de abril de 2016 e após consulta pública, o Regulamento dos Transportes Escolares e Cedência de Viaturas para Visitas de Estudo.

O referido Regulamento entra em vigor quinze dias após a publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para constar e legais efeitos, torna-se público que o presente edital será afixado nos lugares de estilo, nas Juntas de Freguesia do Concelho, no Site do Município e nos locais tidos por convenientes.

6 de maio de 2016. — O Vereador do Pelouro (no uso das competências delegadas por despacho 033/GAP/2015), *Manuel Vitor Nunes de Jesus*.

Regulamento dos Transportes Escolares e Cedência de Viaturas para Visitas de Estudo

Nota Justificativa

Considerando que:

É objetivo do Município de Alcácer do Sal proporcionar condições de efetiva igualdade de oportunidades, de modo a garantir o acesso de todos à escola, visando o seu sucesso escolar e a continuidade dos seus estudos.

Com a criação do presente regulamento, pretende-se definir e clarificar procedimentos no âmbito dos transportes escolares e cedência de viaturas para visitas de estudo.

A Constituição da República Portuguesa contempla no n.º 1 do Artigo 73.º que “*Todos têm direito à educação e à cultura.*”

A Constituição da República Portuguesa contempla ainda no n.º 1 e nas alíneas a) e e) do n.º 2 do Artigo 74.º que:

“1 — Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”;

“2 — Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:

a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;

[...]

c) Estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino.”

A Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o quadro de competências para as Câmaras Municipais prevê na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º, a competência nas Câmaras Municipais para assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 setembro, na sua atual redação dada pelas sucessivas alterações, é da competência das autarquias garantir o serviço de transporte aos alunos do ensino básico e secundário que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino.

O Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, prevê no n.º 1 do Artigo 25.º que seja facultado um serviço adequado de transportes escolares aos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino básico e secundário que não sejam acessíveis a pé, a partir do lugar da sua residência, e que não possam utilizar transportes públicos coletivos para efeito da deslocação entre a residência e o estabelecimento de ensino.

Também a Lei n.º 13/2006 de 17 de abril, veio definir o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de e para os estabelecimentos de ensino, creches, jardins de infância e outras instalações ou espaços em que decorram atividades educativas ou formativas, designadamente os transportes para locais destinados à prática de atividades desportivas ou culturais, visitas de estudo e outras deslocações organizadas para ocupação de tempos livres, com implicações diretas nos transportes escolares.

Em cumprimento do disposto no Artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, no que respeita à ponderação de custos e benefícios das medidas projetadas, tratando-se de uma intervenção de natureza social, tais custos não são mensuráveis, acreditando-se que, tendo em conta as normas ora previstas, será passível de acreditar que existirá a longo termo um aumento dos benefícios sociais advindos da elaboração do presente regulamento.

No uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelos Artigos 112.º n.º 8 e 241.º ambos da Constituição da República Portuguesa, ao abrigo da alínea gg), Artigo 33.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, do Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de setembro, na sua atual redação, foi elaborado o presente Projeto de Regulamento dos Transportes Escolares e Cedência de Viaturas para Visitas de Estudo.

A versão deste regulamento foi aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara de 10 de março de 2016, e aprovada por unanimidade em Reunião da Assembleia Municipal em 29 de abril de 2016, após consulta pública, conforme previsto no Artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

TÍTULO I

Transportes escolares

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

1 — O presente regulamento tem por objeto disciplinar a organização e funcionamento dos transportes escolares do concelho de Alcácer do Sal.

2 — A rede de transportes escolares do concelho de Alcácer do Sal integra a rede de transportes públicos, que serve os locais dos estabelecimentos de ensino e de residência dos alunos, e uma rede complementar de transportes municipais, destinando-se esta última aos alunos que residam em localidades que não disponham de estabelecimentos de ensino acessíveis a pé, em termos de distância ou de tempo, nem de transportes públicos ou em casos cuja idade dos alunos não lhes permita efetuar sozinho os percursos a pé ou de transporte público, sendo-lhes facultado um esquema adequado de transporte escolar.

3 — Para transporte escolar será utilizado preferencialmente, o meio de transporte público (Rodoviário), que serve os locais dos Estabelecimentos de Ensino e da residência dos alunos.

Artigo 2.º

Âmbito do Serviço de Transportes Escolares

1 — O Serviço de transportes escolares visa apoiar a deslocação dos alunos que frequentam o ensino básico, secundário e profissional, até atingirem a idade definida para a escolaridade obrigatória, cuja distância da sua residência ao estabelecimento de ensino seja superior a 3 km ou 4 km do estabelecimento de ensino, sem ou com refeitório, respetivamente.

2 — A área abrangida pelo serviço de transportes escolares é o concelho de Alcácer do Sal, so tendo direito a transporte gratuito ou participado, os alunos com residência no Município de Alcácer do Sal.

3 — O regime de transportes escolares funciona, exclusivamente, durante os períodos letivos, entre o local de residência e o estabelecimento de ensino que frequentam.

4 — As participações da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, atribuídas nos termos do presente regulamento cessam quando o aluno atinja a idade definida para a escolaridade obrigatória à data do início do ano letivo que pretende frequentar, exceto nas situações em que é permitido o adiamento da matrícula.

5 — O aluno beneficiário do transporte escolar apenas terá direito a um carregamento mensal do passe, não assumindo a Câmara Municipal de Alcácer o custo do 2.º carregamento em caso de extravio, ou danos.

CAPÍTULO II

Âmbito de aplicação

Artigo 3.º

Alunos Abrangidos

1 — Encontram-se abrangidos pelo presente regulamento:

a) Os alunos do ensino básico, secundário e profissional, até atingirem a idade definida para a escolaridade obrigatória, que frequentam a escola mais próxima da sua área de residência, e cuja distância se situe a mais de 3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, sem ou com refeitório respetivamente;

b) Os alunos que frequentam escolas fora da sua área de residência, por inexistência de vaga, área de estudo ou curso na escola mais próxima da sua residência;

c) Os alunos matriculados em estabelecimentos de ensino fora da sua área de residência, que tenham beneficiado no ano anterior de transporte escolar por motivo de continuidade dos estudos nesse estabelecimento de ensino;

d) Os alunos do ensino básico, cujos encarregados de educação exerçam a sua atividade profissional na área de influência do estabelecimento de ensino;

e) Os alunos com Necessidades Educativas Especiais de caráter permanente, que frequentem o ensino regular, desde que não tenham outro

apoio em transporte e que residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino;

2 — Estão ainda abrangidos pelo presente Regulamento, outras situações especiais, que serão analisadas, caso a caso, pela Divisão de Educação deste Município, e submetidas a deliberação da Câmara Municipal.

3 — No caso dos estágios que constituem condição obrigatória para a certificação, a comparticipação da Câmara Municipal só ocorrerá mediante confirmação, pela Direção do respetivo Agrupamento, do local de estágio e da respetiva duração e apenas nas seguintes situações:

a) O aluno ser beneficiário dos transportes escolares;

b) Inexistência de comparticipação para transporte de alguma outra entidade;

4 — Para efeitos de medição Residência/Estabelecimento de Ensino, considera-se o portão de acesso à propriedade como sendo o da habitação, sendo esta norma aplicada quer no caso das moradias e andares quer nas grandes propriedades, em que a habitação pode estar afastada da via pública, salvaguardando-se os casos de encarregados de educação que não disponham de meios próprios, devidamente comprovados, para efetuar o transporte desde a habitação até ao portão de acesso à propriedade.

5 — O serviço de transporte escolar abrange o prolongamento de aulas para apoio de exames.

Artigo 4.º

Alunos não Abrangidos

Não são abrangidos pelo apoio de transportes escolares:

a) Os alunos que frequentam o ensino noturno, exceto nos casos em que sejam matriculados compulsivamente;

b) Os alunos que, por opção, frequentem estabelecimentos de ensino fora da área de influência pedagógica;

c) Os alunos que frequentam o ensino secundário e profissional em escolas de outros concelhos, sem que sejam esgotadas as possibilidades de frequentar a escola da sua área de influência pedagógica ou outra escola do concelho de Alcácer do Sal.

d) Os alunos que frequentem cursos financiados em que recebam do estabelecimento de ensino, subsídio para efeitos de transportes;

Artigo 5.º

Modalidades de Apoio

1 — Têm direito à comparticipação da totalidade dos custos de transporte entre a escola e a localidade da residência, dentro de qualquer das modalidades previstas no n.º 2 do artigo 1.º:

a) Os alunos menores até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, com os condicionalismos previstos no artigo 3.º n.º 1 alínea a);

b) Os alunos com Necessidades Educativas Especiais de caráter permanente com programa educativo individual organizado nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 3/2008, na redação da Lei n.º 21/2008 de 12 de maio, nas condições fixadas no disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março;

c) Os alunos que se encontrem abrangidos pelo Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil.

2 — Têm direito à comparticipação de 50 % das despesas de transporte para o percurso entre a escola e a localidade de residência:

a) Os alunos que frequentem o Ensino Secundário, sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º;

b) Os alunos que frequentam escolas fora da sua área de residência, por inexistência de vaga, área de estudo ou curso na escola mais próxima da sua residência;

c) Alunos do Ensino Profissional, desde que não sejam comparticipadas pelas escolas que frequentam e que cumpram o critério de menor distância referente à vaga/área de estudo/curso.

3 — Quando o transporte escolar seja assegurado por transporte público, o apoio consiste na comparticipação, nos montantes referidos nos números anteriores, das despesas de aquisição dos títulos de transporte público necessários à realização do percurso entre a residência do aluno e a escola, correspondendo ao título de transporte menos dispendioso disponibilizado pelo operador de transportes e o que permita a realização de maior número de viagens no percurso em causa, designadamente através de passe mensal.

4 — O não pagamento de 3 comparticipações relativas aos títulos de transporte, dará lugar a instauração da competente injunção/execução nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

Procedimentos

Artigo 6.º

Pedido de Atribuição de Transportes Escolares

1 — Os interessados na atribuição de transporte escolar devem requerê-lo mediante o preenchimento de impresso próprio disponibilizado por este município.

2 — Os requerimentos são acompanhados dos seguintes documentos:

- Exibição do cartão de cidadão do aluno ou outro documento de identificação válido;
- Certificado de matrícula emitido pelo estabelecimento de ensino que o aluno frequenta;
- Comprovativo de residência do agregado familiar do aluno, designadamente cópia do recibo de água, luz ou gás;
- Declaração da escola pública da área de residência, certificando a inexistência de vaga, área de estudo ou curso, quando aplicável;
- No caso de alunos que frequentam cursos profissionais, declaração da escola certificando que não recebe qualquer financiamento para transporte escolar.

Artigo 7.º

Apresentação dos pedidos de transporte escolar

1 — Os pedidos de transporte escolar dos alunos de escolas da área do Município de Alcácer do Sal são apresentados no estabelecimento de ensino do aluno, anualmente no ato de matrícula para o ano escolar seguinte, observando-se o disposto no artigo 11.º

2 — Os processos de candidatura deverão ser anualmente remetidos aos serviços municipais, pelos Agrupamentos de Escolas, até às datas abaixo indicadas, de acordo com o nível de ensino:

- Pré-Escolar e 1.º Ciclo — 15 de junho; (salvaguardando-se a situação dos alunos que sejam abrangidos pelos exames nacionais, bem como os alunos cuja matrícula esteja em situação condicional)
- 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário — 15 de junho. (salvaguardando-se a situação dos alunos que sejam abrangidos pelos exames nacionais)

3 — Depois do prazo previsto no número anterior, apenas serão aceites candidaturas para atribuição de transporte escolar nas seguintes condições:

- Transferência de escola, por motivo de alteração de residência do agregado familiar do aluno;
- Transferência de escola, por motivo de alteração de escolha de curso ou área científica;
- Matrícula realizada tardiamente, devendo, neste caso, os encarregados de educação comprovar o motivo pelo qual a mesma não se realizou dentro do prazo estabelecido.

4 — Em caso de indeferimento, o Município informa os encarregados de educação para se pronunciarem em audiência prévia de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

CAPÍTULO IV

Transporte escolar em circuito municipal e especial

Artigo 8.º

Circuitos municipais e especiais de transporte

1 — Anualmente, a Câmara Municipal de Alcácer do Sal definirá os percursos dos circuitos municipais e especiais, as paragens e horários, em função das especificidades dos alunos a transportar, numa determinada área geográfica.

2 — Os alunos que usufruem de transporte escolar, em circuito especial e municipal, poderão utilizar um cartão de identificação e devem cumprir o horário estabelecido bem como utilizar as paragens definidas pela Câmara Municipal.

3 — Os alunos que utilizam circuitos especiais e municipais devem cumprir as normas de segurança rodoviária, higiene e limpeza, nomeadamente, não comer, não sujar ou danificar a viatura, não permanecer de pé ou circular com a viatura em movimento.

4 — Os alunos do ensino secundário cujo local de residência não permita a utilização de transporte público e que em alternativa utilizem os circuitos municipais efetuarão o pagamento de 50 % dos custos desse serviço na Divisão de Educação Cultural e Desporto.

CAPÍTULO V

Das competências

Artigo 9.º

Competências dos Agrupamentos de Escolas

1 — Compete aos agrupamentos de escolas da área do Município de Alcácer do Sal:

- Organizar e enviar para a Câmara Municipal o processo individual de transporte escolar dos seus alunos, que será posteriormente analisado e validado pelos serviços municipais.
- Divulgar os requisitos necessários para que os alunos possam beneficiar de apoio em transporte, facultando a consulta do presente regulamento.
- Assegurar a divulgação das regras e horários a observar no transporte escolar junto dos encarregados de educação e dos alunos que dele beneficiem;
- Avisar previamente os serviços municipais responsáveis pelo transporte escolar sobre alterações pontuais ou imprevistas aos horários de funcionamento dos estabelecimentos de ensino que tenham influência sobre o funcionamento do transporte escolar;
- Informar regularmente sobre a forma como decorre o funcionamento do sistema de transportes escolares, a fim de se proceder a eventuais alterações/correções;
- Comunicar à Câmara Municipal de Alcácer do Sal sempre que um aluno deixe de frequentar, com regularidade ou definitivamente, o respetivo estabelecimento de ensino ou incorra em qualquer das situações previstas no artigo 12.º do presente regulamento;
- Avisar previamente à Câmara Municipal sobre alterações de horário ou de encerramento da Escola, devido a situações pontuais;
- Enviar, sempre que entender oportuno, informação sobre a forma como está a decorrer o funcionamento dos transportes.

Artigo 10.º

Competências da Câmara Municipal

Compete à Câmara Municipal de Alcácer do Sal:

- Enviar a todos os Agrupamentos de Escolas do Concelho, os impressos de candidatura, até ao final do mês de maio de cada ano;
- Assegurar a requisição e o pagamento mensal dos cartões de transporte de estudante às empresas transportadoras, ao longo do ano letivo;
- Proceder à emissão de fatura/recibo relativo à comparticipação do valor do carregamento mensal do cartão de transporte de estudante, dos alunos do ensino secundário.
- Anular o carregamento dos cartões de transporte de estudante, nos casos previstos no Artigo 12.º do presente regulamento.

Artigo 11.º

Competências dos Encarregados de Educação

Compete aos encarregados de educação:

- Apresentar a candidatura em impresso próprio, devidamente preenchido procedendo à junção dos documentos referidos nas alíneas a) a e) do artigo 6.º n.º 2 do presente;
- Suportar os encargos com a emissão, as renovações e pedidos de segundas vias do passe escolar junto do respetivo operador de transportes;
- Proceder ao pagamento até ao dia 15 de cada mês, do valor da comparticipação correspondente ao seu educando;
- Cumprir, e fazer cumprir, integralmente as normas do presente regulamento.

Artigo 12.º

Cessaçã do direito ao transporte escolar

1 — Os alunos perdem o direito de utilização do transporte escolar nas seguintes situações:

- Deixem de frequentar com regularidade o estabelecimento de ensino, reprovem por faltas, sejam suspensos ou sejam transferidos para outro estabelecimento de ensino fora do Município de Alcácer do Sal;
- Utilizem indevidamente ou de forma irresponsável os transportes, nomeadamente quando pratiquem atos de vandalismo;

- c) Alunos que não utilizem o transporte de forma contínua e regular, verificando-se que este realizou menos de metade das viagens previstas para um determinado mês, sem que haja justificação para tal;
- d) Manifestem com frequência comportamentos agressivos e atitudes pouco corretas, desrespeitando colegas, vigilantes e motoristas;
- e) Quando não respeitem as orientações e recomendações do vigilante c/ou motorista pondo em causa a segurança do percurso;
- f) Não cumpram as normas e regras de segurança, higiene e limpeza exigíveis;
- g) Não cumpram as normas do presente regulamento.
- h) O direito ao transporte poderá ser perdido a título definitivo ou transitório;
- i) Caberá ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Vereador com competências subdelegadas, determinar quando, e por que período, os alunos perdem o direito ao transporte escolar.

Artigo 13.º

Cessação do direito ao transporte escolar

1 — O Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com competências subdelegadas poderá suspender o serviço de transporte escolar sempre que, por motivos alheios a sua vontade, este não possa ser assegurado integralmente.

2 — Em caso de suspensão do serviço o Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com competências subdelegadas publicitará a mesma, através de meios adequados, informando o(s) Agrupamento(s) de Escolas e/ou Pais/Encarregados de Educação.

TÍTULO II

Cedência de viaturas para visitas de estudo

Artigo 14.º

Disposições Gerais

1 — As visitas de Estudo contribuem para melhorar a aprendizagem dos alunos e a sua relação com a realidade, fomentando a socialização, cooperação, responsabilização e motivação.

2 — A Câmara Municipal disponibilizará, sempre que possível, viaturas municipais de transporte de passageiros, com o objetivo de permitir a concretização das planificações escolares.

3 — Para efeitos do presente regulamento consideram-se abrangidos para poder usufruir da cedência de viaturas Municipais para a realização de visitas de Estudo, os jardins de infância da rede pública, escolas básicas do 1.º, 2.º e 3.º ciclo e secundário e IPSS com valência de jardim de infância e Centros de Atividades de Tempos Livres.

4 — A Câmara Municipal de Alcácer do Sal só autoriza a cedência de viaturas aos Estabelecimentos de Ensino referidos no número anterior se estas se encontrarem previstas e aprovadas em Plano de Atividades, o qual deverá ser enviado a esta Câmara Municipal, no início de cada ano letivo.

5 — Os agentes mencionados no ponto anterior regem-se no âmbito da cedência de transportes, pelo Regulamento de Cedência e Utilização de Viaturas Municipais aprovado pela Câmara Municipal, com as seguintes alterações:

a) O Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico da Rede Pública poderão usufruir gratuitamente de 2 visitas de estudo/turma por ano letivo e em dias úteis, no raio máximo de 200 km.

b) O ensino secundário poderá usufruir de 1 visita de estudo/turma por ano letivo e em dias úteis, no raio máximo de 200 km.

c) As IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e Centros de Atividades de Tempos Livres, poderão usufruir de 2 visitas de estudo por ano letivo/turma, que dada a maior disponibilidade de autocarros, no período de paragens letivas do Natal, Carnaval e Páscoa, serão programadas com incidência nesses períodos, sujeitas à mesma limitação mencionada na alínea a) do n.º 5.

6 — Quando a deslocação se realizar com mais do que uma turma, essa viagem, será contabilizada para efeitos do n.º total de viagens previstas para os estabelecimentos de ensino.

7 — O transporte dos Estabelecimentos de Ensino para a participação em projetos Pedagógicos Específicos e de interesse para a autarquia, será assegurado, sempre que possível, de acordo com a disponibilidade de viaturas municipais da Câmara Municipal.

TÍTULO III

Disposições finais

Artigo 15.º

Alterações ao Plano de Transportes

Por razões de ordem conjuntural, o Plano de Transportes poderá ser objeto de ajustamentos no decurso do ano letivo a que respeita.

Artigo 16.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão analisados e decididos pela Câmara Municipal.

Artigo 17.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Artigo 18.º

Anexos

- 1 — Ficha de Inscrição para transportes em carreiras públicas.
- 2 — Ficha de Inscrição para transportes em circuitos especiais.
- 3 — Ficha de solicitação de transporte para visita de estudo.

TRANSPORTES ESCOLARES Ficha de Inscrição para transportes em carreiras públicas	Ano Letivo: _____/_____/_____
--	-------------------------------

Passo n.º _____	Código _____	Circuito _____
(Espaço reservado aos serviços da CMAS)		

Dados do/a aluno/a (A preencher pelo/a encarregado de educação)			
Nome do/a aluno/a:			
Morada:			
Localidade:			Data de
Nascimento: / /	NIF:		Emitido em:
BI/CC n.º:			
Arquivo:			
Filiação:			
e			

Dados do/a encarregado/a de educação (A preencher pelo/a encarregado de educação)			
Nome do/a encarregado/a de educação:			
Morada:			
Localidade:			Grat. de
parentesco com o/a aluno/a:			
Telefone/telemóvel:			
e-mail:			
BI/CC n.º:			Emitido
em: / /	Arquivo:		NIF:
Pretende transporte entre o local da residência e o local da escola			
Data: ____/____/____	Assinatura do/a encarregado/a de educação:		

Situação escolar do/a aluno no ano letivo ____/____/____ (A preencher pelo/a Escola/ Agrupamento ou Escolas que o/a aluno/a frequentará)			
No ano letivo ____/____/____, o/a aluno/a frequentará a Escola ____ e a turma ____.	O encarregado/a de educação do/a aluno é:	O/a aluno encontra-se matriculado/a na Escola da área de influência? Sim ____ Não ____	Em caso de resposta negativa, indicar motivo (s)
Data: ____/____/____	Assinatura e carimbo da Escola/Agrupamento		

Nota: Caso o boletim não esteja devidamente preenchido e assinado, será devolvido ao Agrupamento.

A preencher pelo Agrupamento			
(recortar e devolver ao encarregado da educação no ato da entrega do boletim e após conferência do mesmo)			
Comprovativo de entrega do boletim de candidatura a transporte escolar para o ano letivo 20____/20____			
No caso do meu educando ter direito ao transporte escolar, comprometo-me a informar a Câmara Municipal, com 7 dias de antecedência, de qualquer situação que possa provocar alteração no seu transporte, no decurso do ano letivo.			
Estabelecimento de Ensino: _____			
Rua do Aluno: _____			
Nome do Funcionário: _____			
Data: ____/____/____			Carimbo da Escola

TRANSPORTES ESCOLARES Ficha de inscrição para transportes em circuitos especiais	Ano Letivo: _____ / _____
---	---------------------------

Dados do/a aluno/a (A preencher pelo/a encarregado de educação)	
Nome do/a aluno/a:	
Morada:	
Localidade:	Data de Nascimento: _____ / _____ / _____
BI/CC n.º:	NIF: _____ Emitido em: _____
Arquivo:	
Filiação:	

Dados do/a encarregado/a de educação (A preencher pelo/a encarregado de educação)	
Nome do/a encarregado/a de educação:	
Morada:	
Localidade:	Grau de parentesco com o/a aluno/a:
Telefone/celular:	e-mail:
BI/CC n.º:	NIF: _____
em: _____	Arquivo: _____
Pretende transporte entre o local da residência e o local da escola	
Data: _____ / _____ / _____ Assinatura do/a encarregado/a de educação:	

Situação de residência do/a aluno no ano letivo _____ / _____ (A preencher pela Junta de Freguesia da área de residência do/a aluno/a)	
Confirma-se que o aluno supra identificado reside na seguinte morada _____ (freguesia) de _____, a qual dista _____ km da escola que frequenta/dá paragem de autocarros (riscar o que não se aplica). Data: _____ / _____ / _____ Assinatura e carimbo da Junta de Freguesia	

Situação escolar do/a aluno no ano letivo _____ / _____ (A preencher pelo/a Escola/ Agrupamento de Escolas que o/a aluno/a frequentará)	
No ano letivo _____, o/a aluno/a frequentará a Escola _____, o ano _____ e a turma _____. O encarregado/a de educação do/a aluno é: _____, o/a aluno encontra-se matriculado/a na Escola da área de influência? Sim Não Em caso de resposta negativa, indicar motivo(s): _____	
Data: _____ / _____ / _____ Assinatura e carimbo da Escola/Agrupamento	

Nota: Caso o boletim não esteja devidamente preenchido e assinado, será devolvido ao Agrupamento.

A preencher pelo Agrupamento (reeditar e devolver ao encarregado de educação no ato da entrega do boletim e após conferência do mesmo)	
Comprometivo de entrega do boletim de candidatura a transporte escolar para o ano letivo 20____/20____.	
No caso do meu educando ter direito ao transporte escolar, comprometo-me a informar a Câmara Municipal, com 7 dias de antecedência, de qualquer situação que possa provocar alteração no seu transporte, no decurso do ano letivo.	
Estabelecimento	de _____
Ensino:	_____
Nome do Aluno:	_____ do _____
Nome do Funcionário:	_____ do _____
Data:	_____ / _____ / _____ Carimbo da Escola

FICHA DE SOLICITAÇÃO DE TRANSPORTES PARA VISITA DE ESTUDO ¹			
Agrupamento de Escolas/IPSS:	Escola:	Turma:	Ano:
Morada:			

Objetivo da viagem/deslocação

Itinerário

Local de saída:	Destino:
Visitas com duração superior a um dia:	
Data de Partida:	Data de Chegada:

Pormenores da visita		
Dia: _____ / _____ / 20____	N.º de pessoas: _____	Observações:
Hora de Saída:	Carga (quando aplicável):	
Hora de Chegada:		
Nome do Responsável:	Contato telefónico:	

Data do Requerimento: _____ / _____ / 20____
O Requerente

¹ Nota: Este modelo deve ser preenchido pela entidade requerente e deverá acompanhar o ofício de solicitação do transporte.

MUNICÍPIO DE ALCANENA

Aviso n.º 6324/2016

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação do júri do período experimental

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 30 de outubro de 2015, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 2 de maio de 2016, para o exercício de funções inerentes à carreira/categoria assistente operacional — Pedreiro, com a remuneração correspondente ao referido nos termos do disposto no artigo 38.º da LGTFP, conjugado com o artigo 42.º da LOE 2016, no valor de 530,00€, correspondente à 1.ª posição remuneratória da carreira e categoria da tabela remuneratória única, com o seguinte trabalhador: Henrique Humberto dos Santos Feliciano

Nos termos do ponto 27.º do citado aviso de abertura de procedimento concursal o júri do procedimento é igualmente responsável pelo período experimental:

Presidente: Samuel Valeriano Dinis, Dirigente Intermédio de 2.º grau da Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais;

Vogais efetivos: Rui Pedro Costa e Silva, Técnico Superior e Silvino Gomes Henock, Encarregado Operacional.

O período experimental terá início no dia 2 de maio de 2016, tendo a duração de 90 dias, nos termos do artigo 49.º da LGTFP.

29 de abril 2016. — A Presidente da Câmara Municipal, *Fernanda Maria Pereira Asseiceira*.

309554845

Aviso n.º 6325/2016

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação do júri do período experimental

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 30 de outubro de 2015, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 2 de maio de 2016, para o exercício de funções inerentes à carreira/categoria assistente operacional — auxiliar de serviços gerais, com a remuneração correspondente ao referido nos termos do disposto no artigo 38.º da LGTFP, conjugado com o artigo 42.º da LOE 2016, no valor de 530,00€, correspondente à 1.ª posição remuneratória da carreira e categoria da tabela remuneratória única, com os seguintes trabalhadores: Ana Paula Pereira Laurentino e Anabela Ferreira do Casal.

Nos termos do ponto 27.º do citado aviso de abertura de procedimento concursal o júri do procedimento é igualmente responsável pelo período experimental:

Presidente: Isabel Cristina Ferreira Carvalho, Dirigente Intermédio de 2.º Grau da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano.

Vogais efetivos: Sonia Isabel Pereira da Silva, Técnica Superior Recursos Humanos e Sandra Henriques Lobo, Técnica Superior Jurista. Vogais suplentes: Rosa Maria Calado Correia e Mónica Salomé Jorge Cardoso, ambas assistentes técnicas.

O período experimental terá início no dia 2 de maio de 2016, tendo a duração de 90 dias, nos termos do artigo 49.º da LGTFP.

29 de abril 2016. — A Presidente da Câmara Municipal, *Fernanda Maria Pereira Asseiceira*.

309554886

MUNICÍPIO DE ANADIA

Edital n.º 428/2016

Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Anadia, torna público, no uso da competência estabelecida na alínea f), do n.º 1, do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o Executivo Municipal, em sua reunião ordinária, realizada no dia treze (13) de abril de dois mil e dezasseis (2016), deliberou, ao abrigo do disposto na alínea k), n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1, do artigo 98.º, do Código do